

## **Televisão no Paraná: uma história política da implantação dos primeiros canais (1960-1985)**

OSMANI FERREIRA DA COSTA \*

A instalação inicial, o desenvolvimento e a consolidação definitiva do setor televisivo comercial no Paraná aconteceram, concomitantemente, com o desenrolar das três primeiras fases da televisão em São Paulo, no Rio de Janeiro e em grande parte do país: a elitista, a populista e a tecnológica. A primeira fase nacional transcorreu de 1950 a 1964, época em que entraram em funcionamento as emissoras pioneiras e o aparelho televisor ainda era considerado um artigo de luxo para poucas famílias, notadamente nas capitais dos principais estados. No Paraná, esta fase elitista ocorreu de 1960 a 1963, com a instalação dos três primeiros canais, em Curitiba e Londrina. Foi o período embrionário da TV em preto e branco, com programas quase que completamente locais e apresentados ao vivo, ainda sem a presença do videoteipe (VT) e das transmissões por micro-ondas, e cujas concessões tinham sido outorgadas antes da aprovação do Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT).

Na segunda fase (1964-1975), considerada como populista por alguns autores citados por Mattos (2002:78-79), o aperfeiçoamento e o avanço do sistema de televisão – incorporado pelo governo militar como exemplo de modernidade e instrumento de integração nacional – foram significativos e rápidos. Nela, houve a massificação do uso do VT e a consequente substituição dos programas locais por nacionais, o barateamento dos televisores, a instalação da infraestrutura de transmissão por micro-ondas, a chegada da TV em cores e o início da

estruturação das redes nacionais de emissoras.<sup>1</sup> Nessa época, sob a vigilância da censura oficial, entraram em operação no Paraná mais quatro canais, já concedidos pelas regras do CBT, que fora aprovado em agosto de 1962, mas regulamentado em maio de 1963 e, posteriormente, alterado pelos militares em fevereiro de 1967.

A terceira fase (1976-1985) foi a do definitivo desenvolvimento tecnológico, inclusive com a efetiva participação de redes nacionais de televisão no consórcio internacional de satélites artificiais. Naquele período, com o apoio de órgãos oficiais dos governos federal e estaduais, as redes de televisão se aperfeiçoaram, consolidaram-se em grande parte do país, e passaram a produzir com maior intensidade e profissionalismo inclusive para exportação. Na ocasião, marcada pela abertura política e pelo fim da censura prévia, cinco novas emissoras entraram no ar no Paraná; e as antigas programações locais foram quase que totalmente substituídas por nacionais.

Neste artigo, são apresentadas e interpretadas as principais negociações políticas ocorridas entre empresários e o governo federal – em sua maioria intermediada pelo Palácio Iguaçu, sede do governo do Paraná – e que resultaram na distribuição destas concessões de emissoras de TV no estado, de 1960 a 1985. Para isto, é feita uma reflexão a respeito do contexto histórico-político em que aquelas negociações e concessões aconteceram, e dos agentes sociais nelas diretamente envolvidos.

As três primeiras concessões de canais – realizadas nos governos civis de Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros – beneficiaram o empresário curitibano Nagibe Chede, com uma emissora, e o empresário nacional Assis Chateaubriand, com duas estações. Durante o regime militar (1964-1985), das nove concessões efetivadas, três foram destinadas a um único

---

\* Doutor em História pela UNESP-Assis e professor de Comunicação/Jornalismo na Universidade Estadual de Londrina (UEL).

<sup>1</sup> O termo rede é usado, neste texto, com o sentido de um conjunto formado por duas ou mais emissoras de televisão pertencentes a uma mesma empresa; e que produzem e transmitem, de forma simultânea ou não, pelo menos em parte, a mesma programação diária. Redes nacionais são aquelas que estão presentes em mais de duas unidades da Federação e que, além de possuírem a estação principal – que funciona como a chamada “cabeça de rede” – e outros canais próprios, contam com emissoras afiliadas.

empresário – o também político Paulo Pimentel –; duas ficaram com o empresário londrinense João Milanez; enquanto que as outras quatro foram concedidas a quatro diferentes empresários.

### **A pedido do Palácio Iguazu, um presente de JK**

No segundo semestre de 1959, Chede – dono de duas emissoras de rádio e um dos responsáveis pelas pioneiras experiências televisivas no Paraná, em 1954, com apoio da TV Tupi-SP – prosseguia na busca pela concessão de um canal de televisão. Como última cartada, ele recorreu ao seu amigo particular e novamente governador, Moysés Lupion (1956-1960)<sup>2</sup>, a quem pediu que intercedesse junto ao governo federal, para a conquista da autorização oficial necessária à exploração dos serviços de uma emissora de TV em Curitiba.<sup>3</sup> Solicitação que o empresário fizera à Comissão Técnica de Rádio (CTR)<sup>4</sup> havia quase três anos, porém, sem resposta positiva. Segundo Chede lembraria mais tarde, Lupion conseguiu agendar uma audiência em que os dois solicitaram ao presidente JK a concessão do canal.<sup>5</sup>

Na audiência no Palácio do Catete, em 24 de novembro de 1959, o empresário fez uma exposição do problema para o presidente da República, o qual após ouvi-la teria dito: “Sem problema nenhum, você vai dar ao povo de Curitiba uma estação de televisão; eu vou lhe dar um canal.” Ato contínuo, JK chamou o seu oficial de Gabinete e entregou-lhe uma autorização dizendo: “Você me entregue isso com a máxima brevidade ao ministro de Obras

---

<sup>2</sup> Moysés Lupion (PSD) foi o primeiro governador eleito pelo voto direto da população paranaense, para o mandato 1947-1950. Ele era o principal herdeiro político de Manoel Ribas, que fora o interventor de Getúlio Vargas no Paraná durante a vigência do Estado Novo (OLIVEIRA, 2004: 29).

<sup>3</sup> BARACHO (2006: 43), JAMUR JÚNIOR (2001: 25), MAZÁNEK (2004: 43-44) e SOMMA NETO (2007: 125-127) citam, de maneira rápida e pouco aprofundada, este episódio político em que Lupion levou Chede ao Rio de Janeiro para, em audiência no Palácio do Catete, solicitar ao presidente Juscelino Kubitschek a concessão de um canal de televisão.

<sup>4</sup> A Comissão Técnica do Rádio (CTR), órgão do Ministério da Viação e Obras Públicas, era naquela época a responsável pelos estudos, regulamentação e fiscalização das concessões de emissoras de rádio e televisão no país. Responsabilidades que posteriormente seriam assumidas pelo Conselho Nacional de Telecomunicações (Contel), em 1961, e, depois, pelo Departamento Nacional de Telecomunicações (Dentel), a partir de 1972.

<sup>5</sup> Esta relação de proximidade entre a televisão, a política e o Estado é antiga no Brasil. No artigo *Em busca da caixa mágica: o Estado Novo e a televisão*, Busetto (2007) analisa o que foi a exposição de televisão ocorrida no Rio de Janeiro, em 1939, acontecimento histórico que sinalizava para elementos daquele tipo de relação.

Públicas”. O titular da pasta era Amaral Peixoto, o qual, conforme Chede era seu amigo de longa data em decorrência de militância getulista em tempos anteriores. Tendo recebido a autorização assinada pelo presidente Juscelino Kubitschek, o ministro entregou a Chede um ofício dirigido à Comissão Técnica de Rádio, designando um canal de televisão para a Sociedade Rádio Emissora Paranaense, que seria o Canal 12 de Curitiba.<sup>6</sup>

Estava inaugurado, com este caso, o jeito paranaense – e até então, inédito no país – de negociar concessões de emissoras de televisão: o empresário de comunicação sendo intermediado pelo governador do estado diretamente junto ao presidente da República. As negociações comuns daquele período aconteciam entre os empresários e a direção da CTR; ou no máximo eram intermediadas no Gabinete da Presidência da República por deputados federais e senadores da base aliada. Isto ocorria porque a expansão do sistema de televisão pelo país fazia parte da estratégia do governo JK. O crescimento inicial da televisão, a partir de 1950, deveu-se ao favoritismo político, o qual concedia licenças para exploração de canais sem um planejamento preestabelecido. Assim, a proliferação de estações de televisão começou durante a administração do presidente Juscelino Kubitschek, de 1956 a 1961 (MATTOS, 2002: 51).

O episódio da primeira concessão de TV para o Paraná demonstrara não só o prestígio que o governador Moysés Lupion desfrutava com presidente da República<sup>7</sup>, mas, também, a força que Nagibe Chede possuía junto ao então titular do Palácio Iguazu. Isto, em uma época em que o “prestígio social era um dos elementos fundamentais para selar alianças políticas e econômicas”, de acordo com Baracho (2006: 46). Prestígio que parece não ter faltado a Chede junto ao governador Lupion. Até porque, a relação de amizade e os laços políticos entre

---

<sup>6</sup> Esta declaração de Nagibe Chede encontra-se na entrevista concedida por ele, em 1985, ao jornalista curitibano especializado em cultura Aramis Millarch. O material, com 76 minutos de gravação sonora, está disponível para uso público em: <<http://www.millarch.org>>. Acessos em: 21 ago. 2010; 05 jan. 2011; 08 mar. 2011.

<sup>7</sup> O país vivia, naquele final de governo JK, a fase desenvolvimentista acalentada pelo ufanista *slogan* “Avançar 50 anos em cinco” e pela construção de Brasília, em ritmo acelerado. Para o presidente da República, que demonstrava muita pressa em suas decisões, a instalação de novas emissoras de TV pelo país era um sinal de progresso e de modernidade alcançados por sua administração. Chede, com apoio de Lupion, soube aproveitar este momento propício para alavancar o seu empreendimento.

Chede e Lupion eram antigos e remontavam à década de 1930, quando ambos estiveram ligados ao interventor Manoel Ribas, homem forte de Getúlio Vargas no estado.

A autorização do presidente Juscelino Kubitschek, encaminhada ao ministro de Viação e Obras Públicas Amaral Peixoto, para os trâmites da concessão da emissora de TV a Chede foi assinada, naquela audiência de novembro de 1959, no próprio ofício de solicitação entregue por Lupion, em papel com a logomarca do Gabinete do Governador do Estado do Paraná.<sup>8</sup>

### **Chateaubriand: únicas negociações pelo alto**

Diferentemente daquela negociação inicial, em que restou clara a intermediação direta do Palácio Iguçu, nas relações do empresário Assis Chateaubriand com o governo federal, para a concessão da TV Paraná, a segunda emissora do estado, esse tipo de apoio político não é de fácil visualização. No caso de Chede, aquele agenciamento palaciano foi assumido publicamente, inclusive como motivo de orgulho e lisonja, porque comprovava a posse de prestígio pessoal do beneficiado. Chateaubriand, por sua vez, nunca admitiu ter necessitado deste tipo de favor considerado menor, para ele que ocupava, naquela época, o lugar de maior destaque entre os empresários brasileiros de comunicação.

A concessão do Canal 6 de Curitiba foi destinada ao proprietário dos Diários e Emissoras Associados também pelo presidente JK. É quase certo que Chateaubriand não recorreu ao auxílio do Palácio Iguçu na busca pela outorga da emissora, posto que possuísse, individualmente, força política suficiente para pedir, outras vezes exigir, as concessões desejadas diretamente aos presidentes da República. Portanto, ele agia sem a necessidade da colaboração de intermediários, quaisquer que fossem os cargos destes.

É unanimidade, entre os pesquisadores de história da comunicação, que a conquista da concessão da TV Paraná, assim como a de outras emissoras antes dela, foi resultado de um

---

<sup>8</sup> *Fac-símile* do original deste importante documento está publicado em DALPÍCOLO (2010: 34).

processo de negociação tranquila, principalmente porque Chateaubriand era aliado político bastante próximo de Kubitschek. Tanto, que o presidente havia convidado o empresário, em 1957, para ser o embaixador brasileiro na Inglaterra. Para aceitar a tarefa e ir morar em Londres, Chateaubriand renunciou ao mandato de senador maranhense pelo PSD, mesmo partido de JK.<sup>9</sup>

Ronald Sanson Stresser<sup>10</sup> foi diretor-superintendente do Canal 6 por cerca de 15 anos, desde a montagem e inauguração até a venda dele, em meados da década de 1970. A respeito da hipótese de o governador Moysés Lupion ter ajudado Chateaubriand na conquista da concessão da TV Paraná, Stresser comenta com veemência:

Não, nada de Lupion. Foi o Chatô quem conseguiu sozinho a concessão do canal. O Chateaubriand tinha força para isso; ir direto ao presidente da República fazia parte do negócio do Chateaubriand, que assim conseguiu o canal, conseguiu a concessão. [...]. Não, aqui com o nosso grupo não era preciso este tipo de ajuda política. Nossa televisão foi muito bem sucedida e, naquela época, o Chatô conseguia tudo sozinho lá junto ao governo de JK; sem nenhuma intervenção do Lupion.<sup>11</sup>

A concessão<sup>12</sup> do segundo canal para o conglomerado nacional operar no Paraná foi conseguida por Chateaubriand junto ao presidente Jânio Quadros, em 1961. Não há registro ou vestígio histórico de que tenha havido alguma interferência do Palácio Iguazu ou de político paranaense em favor de Chateaubriand, durante as negociações para a conquista da

---

<sup>9</sup> Juscelino Kubitschek é considerado, por alguns autores, como o primeiro presidente da República a utilizar o sistema de distribuição de concessões de canais de televisão como moeda de troca política. Foi ele, por exemplo, quem concedeu, em dezembro de 1957, o Canal 4 do Rio de Janeiro para a instalação da futura TV Globo. A concessão de JK teria ocorrido para evitar que os veículos do grupo de Roberto Marinho seguissem com acirradas críticas ao governo dele (NEVES, 2008: 33-34).

<sup>10</sup> O pai dele, Adherbal Stresser, que durante o mesmo período foi o vice-presidente das TVs de Chateaubriand no Paraná, havia sido assessor de imprensa do governador Bento Munhoz da Rocha Neto, do Partido Republicano (1951-1955).

<sup>11</sup> Entrevista gravada foi concedida ao autor por Ronald Sanson Stresser, na residência dele em Curitiba, no dia 13 de agosto de 2010.

<sup>12</sup> As concessões dos canais para a instalação das três primeiras emissoras no estado – TV Paranaense, TV Paraná e TV Coroados – tinham prazo de validade de dez anos cada uma, sendo renováveis sucessivamente por igual período. Depois, a partir de 27 de agosto de 1962, o artigo 33, § 3º do Código Brasileiro de Telecomunicações aumentou o prazo de concessão para 15 anos, também com número ilimitado de renovações.

concessão da TV Coroados, Canal 3 de Londrina. Assim, elas teriam acontecido de maneira direta entre o proprietário dos Diários e Emissoras Associados e o presidente da República.

O jornalista Walmor Macarini, diretor de redação da *Folha de Londrina* durante quase 30 anos, também afirma não acreditar que Chateaubriand tenha necessitado e pedido apoio ao Palácio Iguçu, para conseguir as concessões de suas duas TVs no Paraná:

Quem cuidou de tudo sozinho foi o próprio Chateaubriand; primeiro direto no Rio de Janeiro e, depois, no caso da Coroados, em Brasília. Ele tinha muito poder de fogo. [...]. Ele tinha um poder político muito forte. Ele não precisava de ninguém. [...]. Havia uma equipe de executivos da pesada trabalhando para ele. Eles eram muito competentes e poderosos. Agora, talvez em relação à TV Coroados, cuja concessão foi dada pelo presidente Jânio, pode ser que o governador Ney Braga tenha sido consultado pelo próprio Adherbal Stresser. Ou talvez, claro, o Chateaubriand tenha contatado o Ney Braga, porque era governador e aliado de Jânio. Mas não acredito muito nisto, não, porque os Stresser e o Ney Braga não se davam bem. Eles [do *Diário do Paraná*] andaram invadindo a vida privada do Ney Braga, sua vida amorosa. E houve na ocasião um entreviro pesadíssimo entre os Stresser e ele.<sup>13</sup>

Os políticos detentores de cargos eletivos ocuparam, desde o início e em grande número, os espaços jornalísticos e os programas de entrevistas disponíveis nas televisões paranaenses. Além disso, ao longo dos anos, tornou-se comum a formação das cadeias de emissoras de TVs e rádios para a transmissão de pronunciamentos oficiais de governadores, prefeitos de Curitiba, presidentes da Assembleia Legislativa, ministros e, principalmente, dos presidentes da República. No Paraná, a primeira das cadeias estaduais foi montada em 6 de setembro de 1962, para o pronunciamento de Ney Braga sobre o Dia da Independência e um balanço dos 20 primeiros meses do governo dele. O primeiro evento político importante a receber completa cobertura com equipes de reportagens externas, dos dois recém-inaugurados canais curitibanos de televisão, fora exatamente a posse de Ney Braga, em 31 de janeiro de 1961.

---

<sup>13</sup> A entrevista gravada concedida por Walmor Macarini – também ex-sócio da TV Tarobá – ao autor desta pesquisa aconteceu em Londrina, no dia 10 de fevereiro de 2010, na casa do entrevistado.

### **Três emissoras para um governador aliado**

A chegada dos militares ao comando do poder Executivo nacional, em abril de 1964, significou o início da segunda fase da televisão no Paraná, bem como em todo o país. Além do expressivo investimento público em infraestrutura e novas tecnologias para o desenvolvimento do setor, a partir do governo presidido pelo marechal Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967), a relação política dos empresários paranaenses para a obtenção de concessões de TV, em Brasília, ficaria ainda mais dependente de ações do governo estadual. Aquela maneira peculiar de negociação, inaugurada com o caso do Canal 12 de Nagibe Chede, iria ser aperfeiçoada e aprofundada nas concessões de emissoras para o empresário e político Paulo Pimentel.

E o sinal desta mudança foi dado rapidamente, ainda em 1964. Desde o segundo semestre de 1962, o então secretário paranaense de Agricultura, Pimentel, pleiteava junto ao governo de João Goulart a concessão de uma emissora de televisão.<sup>14</sup> No final de julho de 1964, menos de quatro meses após a instalação do novo regime, foi aberta a concorrência pública para apresentação de propostas de interessados em operar um novo canal de TV em Curitiba. Era a primeira licitação realizada no Paraná sob a vigência do Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT), sancionado pelo presidente João Goulart em 27 de agosto de 1962.

A Lei 4.117, que instituiu o CBT, foi o principal dispositivo de regulamentação do setor da radiodifusão no país, no século XX. Ela contava, inicialmente, com 129 artigos e mantinha centrado no chefe do Executivo federal o exclusivo poder de concessão, renovação, transferência e cassação dos canais de televisão; uma espécie de tradição brasileira que havia começado a ser formatada legalmente no primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945).

Indícios de que Paulo Pimentel era o preferido, no Palácio do Planalto, para receber a concessão do terceiro canal de TV de Curitiba, já tinham sido percebidos pela imprensa local nos últimos meses de 1964. No início de setembro daquele ano, Castelo Branco havia visitado

---

<sup>14</sup> **Novas emissoras para o Paraná.** *Gazeta do Povo*, Curitiba, 8 nov. 1962. *Rádio e TV*, Caderno 2, p. 5.



Curitiba pela primeira vez, depois da posse dele na Presidência da República. Na oportunidade, o presidente concedeu demorada audiência a portas fechadas para Ney Braga e Pimentel. Castelo Branco era amigo íntimo do governador do Paraná havia décadas, desde a época em que fora professor-instrutor de Ney Braga na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro. Além disso, os dois aprofundaram sua amizade nas ocasiões em que Castelo Branco servira em guarnições do Exército, em Curitiba e Ponta Grossa.

A reunião que Ney Braga e Paulo Pimentel tiveram com o novo presidente da República não foi divulgada na agenda oficial, mas aconteceu no Palácio Iguazu e foi noticiada, sem detalhes de conteúdo, pelo jornal do então secretário estadual de Agricultura, *O Estado do Paraná*. Na mesma edição foi publicado o editorial “O Presidente de Hoje”, agradecendo a visita de Castelo Branco a Curitiba; e o descrevendo como “um administrador honesto, lúcido, democrático [...] e depositário das esperanças do povo brasileiro”.<sup>15</sup>

Depois de realizada a análise técnica pelo Conselho Nacional de Telecomunicações, a concessão foi outorgada pelo presidente Castelo Branco, em 19 de fevereiro de 1965, para Paulo Pimentel. A inauguração da TV Iguazu, Canal 4 de Curitiba, em 28 de dezembro de 1967, aconteceu com Pimentel já no comando do Palácio Iguazu. A questão que se coloca, entretanto, é se Paulo Pimentel recebeu ou não auxílio do governador Ney Braga – que era amigo íntimo do presidente Castelo Branco, de quem poucos meses depois se tornou ministro da Agricultura – em seu pleito pela concessão do Canal 4. Contrariando todas as evidências, é o próprio Pimentel quem responde:

Do Ney Braga, não. Ele nunca pediu nada por mim. Ele não pedia para ninguém. Tanto que ele nunca creditou nada para ninguém. O Ney Braga era um animal eminentemente político. Só pensava em política. Ele nunca ajudava ninguém. E eu não pensava politicamente; eu nunca fui um bom político e ainda não sou. [...] Eu nem falava com o pessoal do governo federal através do Ney, quando eu buscava as concessões. Mas, nós tínhamos companheiros que nos ajudavam, que foram sócios meus. O principal era o coronel Ítalo Conti, que é vivo até hoje. O general Ítalo

---

<sup>15</sup> **O Presidente de Hoje.** *O Estado do Paraná*, Curitiba, 04 set. 1964, p. 4.

Conti.<sup>16</sup> Ele que me ajudou na [conquista da concessão da] Iguazu. Ele era sócio da TV Iguazu e eu comprei a parte dele. Depois, nós fomos embora sozinhos.<sup>17</sup>

O ex-governador do Paraná Ney Braga, não obstante, contradiz Paulo Pimentel e assegura que ajudou, sim, o seu então secretário estadual de Agricultura na conquista da concessão do Canal 4, em citação do livro de Sá Júnior (1996: 168-169):

[...]. Paulo Pimentel investia pesado em comunicação. Trouxe para junto de si profissionais de propaganda, como Hiram Hollanda e Wilson Andrade Silva. Foi o primeiro político do Paraná a profissionalizar a campanha. Começou a empenhar-se no planejamento de sua candidatura com o *slogan* “Prestígio quem trabalha”, de autoria de Nassib Jabur. Investiu em mídia: comprou o jornal *O Estado do Paraná*, depois a TV Iguazu – aliás, com meu apoio e pedido junto ao presidente Castello Branco, sem que eu visse nisso apoio para que ele fosse governador.

Tendo ou não obtido o apoio formal do governador Ney Braga, Paulo Pimentel venceu os concorrentes e ficou com o Canal 4 para instalar a sua TV Iguazu. Pode ter sido uma mera coincidência, mas o nome foi bastante apropriado para demonstrar as intenções do futuro chefe do governo paranaense, cuja sede político-administrativa já era o Palácio Iguazu. Pimentel lembra detalhes do processo de concorrência pela concessão de um canal de TV, durante o regime militar:

Havia uma licitação pública, sim. Havia a coleta de pretendentes ao canal. Depois, aqueles [empresários candidatos] que se habilitavam [no Conselho Nacional de Telecomunicações] iam para a decisão do presidente [da República]. A decisão era exclusiva dele. Era política. Então, todos nós trabalhávamos politicamente. Cada concorrente achava o pistolão que

---

<sup>16</sup> Ítalo Conti participou da Segunda Guerra na Itália como capitão da Força Expedicionária Brasileira. Foi secretário estadual de Segurança no governo de Ney Braga (1961-1965), chefe do Gabinete Civil e secretário estadual do Trabalho e Assistência Social no governo Paulo Pimentel (1966-1970); e depois deputado federal por quatro mandatos, de 1971 a 1986, pelos partidos ARENA e PDS, ligados ao governo militar. Passou para a reserva com a patente de general (DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO, Pós 1930, 2001: 1583).

<sup>17</sup> Esta declaração de Paulo Pimentel faz parte da entrevista gravada concedida ao pesquisador, em Curitiba, na sede do jornal *OEPR*, no dia 3 de junho de 2009.

precisava pra conseguir. E quem tivesse mais força política ganharia. O presidente era o Castelo Branco, quando saiu a concorrência do Canal 4. Eu fui chamado [em Brasília] para saber se eu não queria montar esta estação de televisão [a Iguazu]. Até que eu não tinha muito interesse, porque não tinha programação, não tinha coisa alguma além dos dois jornais. Mas a decisão era do presidente da República e ele escolhia os beneficiários, os que seriam premiados com esta estação. Fui convidado, e o presidente Castelo Branco me deu [a concessão do Canal 4].<sup>18</sup>

Dentro desta lógica, em que o presidente decidia sozinho o destino final de cada concessão de TV, é difícil acreditar que Castelo Branco tenha aprovado o Canal 4 para Pimentel sem que tivesse havido, neste sentido, uma solicitação do governador Ney Braga, ou sem que o presidente tivesse, pelo menos, consultado Braga sobre a decisão que tomaria.

Walmor Macarini – sobrinho de João Milanez e que, como sócio da *Folha de Londrina*, negociou em Brasília concessões de rádio e televisão – afirma acreditar na versão de que Ney Braga teria sido importante para Pimentel conseguir ao menos sua primeira concessão de TV:

No início, ajudou com toda certeza, porque ele [Paulo Pimentel] era um filhote do Ney. [...]. E isso, naquela época, funcionava segundo a conveniência política. No governo da revolução, obviamente era Ney Braga quem mandava no Paraná. O grande representante do governo ditatorial no Paraná era Ney Braga. [...]. Tudo era Ney Braga; ele tinha um poder de fogo muito grande [...]. A decisão era no dedo, na indicação dele. Não importava, digamos assim, o suporte financeiro do grupo; não importava a garantia de implantação da tevê. O que importava era até que ponto eles, os empresários da comunicação, interessavam politicamente. [...]. A concessão de televisão era uma coisa muito fechada. Imagine que em períodos de instabilidade política, tanto antes quanto durante a revolução, eles [os governantes] iriam entregar uma tevê na mão de qualquer um, e eventualmente cair em mãos da oposição. Não; o governo zelava muito por isso. Concessão era só para a patota dele.<sup>19</sup>

Mais tarde, no segundo semestre de 1966, durante o processo da sucessão presidencial de Castelo Branco pelo marechal Artur da Costa e Silva, o então governador Paulo Pimentel

<sup>18</sup> PIMENTEL, em entrevista, em 03 jun. 2009.

<sup>19</sup> MACARINI, em entrevista, em 10 fev. 2010.

rompeu com Ney Braga e soube ocupar os espaços políticos surgidos em Brasília. O embate, segundo analistas políticos e historiadores daquela época, foi entre o grupo militar considerado moderado – do qual faziam parte Castelo Branco e Ney Braga – e o grupo considerado “linha dura”, liderado por Costa e Silva. Pimentel apoiou este segundo grupo, naquele momento vitorioso e cujo governo, em breve, concederia outro canal de televisão ao novo aliado paranaense.

Com os novos governantes, saiu de cena o antigo prestígio social para entrar em vigor a força da aliança política, na hora de se decidir com quem ficaria a concessão do próximo canal de TV. E Paulo Pimentel soube se adaptar, rapidamente e em benefício próprio, àquela nova realidade. Em outubro de 1966, Pimentel foi o único governador presente à solenidade de diplomação do futuro presidente da República, Costa e Silva, ocorrida no Rio de Janeiro. Na véspera da diplomação, o titular do Palácio Iguazu havia tido “longa reunião de trabalho” com Costa e Silva.<sup>20</sup> A recompensa pela gentileza do governador aliado sairia em pouco tempo. A licitação pública para o Canal 11 de Apucarana estava aberta, pelo Conselho Nacional de Telecomunicações, desde julho de 1966. Segundo a *Folha de Londrina*, havia quatro grupos empresariais habilitados na concorrência, mas eles não foram identificados pela matéria do jornal.<sup>21</sup>

Conforme Paes (1997: 54-55), a televisão brasileira começou a ser transformada pelo regime militar, efetivamente, em um veículo de comunicação de massa com base em uma nova lógica ideológica, política e administrativa. E os aliados dos generais-presidentes iriam ser bastante beneficiados por esta lógica que prevaleceu até março de 1985, inclusive e de maneira específica no Paraná. Porque os presidentes da República mantiveram, em vigor e aprofundada, a prerrogativa do poder de decisão final sobre os processos relativos à radiodifusão – concessão, renovação, fiscalização, cassação e transferência de canais –, depois de percorridas as instâncias burocráticas e legais previstas no CBT e demais documentos do setor.

<sup>20</sup> **CS (diplomado) ouvirá sempre o Paraná.** *O Estado do Paraná*, Curitiba, 29 out. 1966, p. 1.

<sup>21</sup> *Folha de Londrina*, Londrina, 15 out. 1966. *TV em foco*, p. 12.

Já dentro desta nova correlação de forças, o então governador Paulo Pimentel recebeu a concessão do Canal 11 de Apucarana, para a montagem da sua TV Tibagi. Coube ao prefeito de Apucarana, Saul Guimarães da Costa (também da ARENA), anunciar que havia recebido um telegrama do presidente Costa e Silva, informando que tinha assinado, no dia 29 de dezembro de 1967, o decreto que outorgava “o Canal 11 para o grupo do senhor Paulo Pimentel”. O documento, que não citava o fato de Pimentel ser o governador do Paraná, fora repassado ao prefeito aliado pelo Gabinete da Casa Civil do Palácio Iguazu.<sup>22</sup>

Atente-se para o fato de que o decreto da concessão do novo canal para Pimentel foi assinado no dia seguinte à inauguração da TV Iguazu, em Curitiba, em 28 de dezembro de 1967. Para a equipe do governador, esta nova vitória não causou surpresa. Pimentel lembra que dava como certo o recebimento da nova concessão desde que havia se encontrado com Costa e Silva, em abril de 1967, poucas semanas depois da posse do novo presidente da República:

Aí, em seguida, logo em seguida, em uma audiência em Brasília, o general Costa e Silva, que já era presidente, me falou: “Bom, já que você já tem uma [televisão], segue a segunda, mas tem que ser na minha linha.” [...]. Aí, recebi a TV Tibagi. Na Iguazu, eu comecei com alguns sócios, mas acabei com o controle majoritário. Agora, na TV Tibagi, não; ela saiu só para o meu grupo. Nós já estávamos instalados. E, realmente, a parte política prevalecia. Porque era o presidente quem decidia. Ainda hoje, é assim. As concessões são por decreto presidencial, você sabe. E a decisão é política, exclusivamente política. [...]. Quem era o árbitro, quer dizer, o jogador único, era o presidente da República.<sup>23</sup>

A TV Tibagi foi inaugurada em 26 de julho de 1969. Com dois canais de televisão, dois jornais e uma estação de rádio líder de audiência em Curitiba, os negócios do governador Pimentel colecionavam naquela época sucesso e lucro. O aliado Costa e Silva, no comando do Palácio do Planalto, dava o respaldo político necessário à administração paranaense, naqueles anos de atos institucionais, economia controlada, congresso subserviente e imprensa

<sup>22</sup> **Presidente outorga concessão para TV de Apucarana: TV Tibagi ganhou.** *Folha de Londrina*, Londrina, 05 jan. 1968, p. 4.

<sup>23</sup> PIMENTEL, em entrevista, em 03 jun. 2009.

censurada. Pimentel explica a importância que tinha, durante o regime militar, o apoio do chefe do Palácio Iguazu para os empresários paranaenses que concorriam nas licitações por concessão de canal de TV:

Era grande a influência e importante o apoio de um governador aliado, porque ele sempre era ouvido pelas autoridades de Brasília antes da tomada de decisão. Por isto, era fundamental a boa convivência com o governo federal e o diálogo com o presidente da República. Os governadores são consultados para a tomada de decisões maiores, em qualquer campo. E a decisão sobre as concessões sempre esteve atrelada a estas negociações políticas; às decisões políticas do presidente. Aliás, tudo é política. Ainda hoje é assim, nada mudou. Só que hoje a concessão é homologada pelo Congresso. Mas, todo Congresso aprova porque não vai afrontar uma decisão do presidente. Eu não conheço nenhuma recusa do Congresso.<sup>24</sup>

A primeira parte desta declaração de Pimentel confirma cabalmente, portanto, a hipótese de que ele tivera o apoio do governador Ney Braga, junto ao presidente Castelo Branco, na conquista da concessão da TV Iguazu, sua emissora curitibana.

Passados mais de dez anos da inauguração da TV Tibagi – e após uma grave crise política que não é aqui analisada por falta de espaço –, Paulo Pimentel reaproximou-se de Ney Braga e do poder central, no início da década de 1980. O general João Batista de Oliveira Figueiredo era o presidente da República (1979-1985) e o general-reformado Ney Braga (ARENA) ocupava pela segunda vez o Palácio Iguazu, para o mandato 1979-1982. Contando com o respaldo dos dois líderes, Pimentel conseguiu a sua terceira e última concessão de emissora durante o regime militar, a TV Naipi, que inauguraria em Foz do Iguazu em setembro de 1985.

Quase duas décadas depois de ter recebido sua primeira concessão de TV, Paulo Pimentel conseguia assim a sua terceira outorga de canal. Com a conquista da concessão do Canal 12 de Foz do Iguazu, encerrou-se a fase de negociações de Paulo Pimentel com o governo militar, que também estava terminando o seu ciclo de 21 anos de comando sobre a nação. Duas décadas fundamentais para o avanço e a consolidação do setor de TV no país:

---

<sup>24</sup> PIMENTEL, em entrevista, em 03 jun. 2009.

Um dos principais fatores do crescimento da televisão foi o modelo de desenvolvimento adotado pelo regime militar, cujo melhor efeito foi o chamado “milagre econômico” durante o período de 1969 a 1974. [...]. A verdade é que, como reflexo do desenvolvimento econômico alcançado, ocorreu também, nesse período, o “boom da televisão”. O regime militar concedeu 67 licenças de canais de TV a empresas privadas em todo o território nacional. [...]. O rápido crescimento da televisão entre 1964 e 1985 foi resultado direto e indireto das políticas adotadas pelo regime militar e a continuação desse crescimento até os dias atuais permanece como reflexo sempre direto das ações oficiais em todos os setores (MATTOS, 2002: 44).<sup>25</sup>

### Considerações finais

Das quase 70 concessões de TV distribuídas pelos presidentes militares no país, de 1964 a 1985, nove foram destinadas a empresários do Paraná, das quais três para o principal aliado político do Palácio do Planalto que operava na área das comunicações, Paulo Pimentel.<sup>26</sup> Os seis canais restantes – instalados entre 1972 e 1985, nas cidades de Ponta Grossa, Maringá, Cornélio Procopio, Cascavel, Londrina e Curitiba – contemplaram outros empresários, mas todos eles eram do setor de comunicação e estavam comprometidos com os objetivos, metas e estratégias do comando maior de Brasília. Antes de 1964, os três canais concedidos beneficiaram um empresário curitibano, estreitamente ligado ao Palácio Iguaçu, e o empresário nacional Chateaubriand.

Por este quadro, pode-se afirmar que esse foi um traço político que diferenciou o modelo paranaense dos praticados nos principais estados em relação ao campo televisivo brasileiro: a interferência decisiva do governo estadual nos processos de reivindicação e conquista das outorgas de canais por empresários da comunicação. Nos casos de São Paulo,

---

<sup>25</sup> A expressão “milagre econômico” era usada, pela imprensa, para referir-se ao rápido crescimento da economia brasileira, por causa dos índices anuais do Produto Interno Bruto: 11,3%, em 1971; 10,4%, em 1972, e 11,4% em 1973, por exemplo. Na mesma época, o Estado patrocinou projetos gigantescos, como os da Transamazônica e Ponte Rio-Niterói. No Paraná, o principal deles foi a construção da usina hidrelétrica de Itaipu, lançada em 1971 e inaugurada em 1984. Era o período do “Brasil Grande”, e a expansão do sistema nacional de televisão estava nele incluído (HABERT, 1994: 10-15).

<sup>26</sup> Esta priorização do regime militar pelos aliados políticos para a distribuição de concessões de TV ocorreu igualmente em outros estados como, a título de exemplos, com os grupos de Antonio Carlos Magalhães, na Bahia, Collor de Mello, em Alagoas, e Jäder Barbalho, no Pará.

Rio de Janeiro, Minas Gerais e outras unidades da federação, este tipo de negociação entre os agentes da iniciativa privada e o Estado ocorria, geralmente, sem intermediação política ou com a participação de senadores e deputados federais, porém, não a de governadores diretamente.

No caso do Paraná, essas intervenções foram oportunizadas porque o governo estadual – cujas características históricas eram de adesismo e situacionismo em relação ao poder central – sempre respaldou os programas e os interesses dos titulares do Palácio do Catete, inicialmente, e do Palácio do Planalto, a partir de 1960. O modelo em que preponderava a opinião dos governadores paranaenses para a obtenção das concessões televisivas foi aperfeiçoado, e ainda mais marcante, durante a vigência do regime militar. Isto aconteceu porque entre os programas prioritários daquele período estava o relativo à integração e segurança nacionais; e entre os objetivos, um dos principais era o de melhorar a imagem e legitimar o discurso do governo discricionário junto à população. Para o sucesso de ambos, era fundamental que o setor de televisão estivesse sob o controle de aliados políticos próximos e submissos. Isto ocorreu quase que inteiramente no Paraná, com uma única exceção: Assis Chateaubriand.

A principal consequência deste sistema de distribuição federal de canais foi que, no Paraná, a televisão nasceu, cresceu e se consolidou como um empreendimento eminentemente privado, comercial e político que, sob o comando da elite empresarial do setor de comunicação, quase nenhuma preocupação social-cidadã teve com a maioria do público telespectador ao longo de seus primeiros 25 anos de funcionamento. Assim, a história da TV paranaense daquele período – com seus processos de outorgas determinados por negociatas e apadrinhamentos políticos através do Palácio Iguazu – contribui para o entendimento das dificuldades atuais relacionadas à democratização do campo televisivo, tão vital para a cidadania brasileira quanto ainda distante de se tornar realidade.

### Referências bibliográficas

BARACHO, Maria Luiza Gonçalves. *Em Preto e Branco: o início da Televisão em Curitiba*. Curitiba: Travessa dos Editores, 2006.



BUSETTO, Áureo. *Em busca da caixa mágica: o Estado Novo e a televisão*. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH, vol. 27, nº 54, jul.- dez., 2007.

DALPÍCOLO, Sandro. *Uma nova luz na sala: histórias da TV Paranaense*. Curitiba: Arowak, 2010.

DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO, Pós 1930. Coordenação: ABREU, Alzira Alves de. ...[et al.]. Ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001.

HAMBURGER, Esther. *O Brasil antenado: a sociedade da novela*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

JAMUR JÚNIOR, José. *Pequena História de Grandes Talentos – Os primeiros passos da Televisão no Paraná*. Curitiba: Edição do autor, 2001.

MATTOS, Sérgio. *História da Televisão Brasileira – Uma visão econômica, social e política*. Petrópolis (RJ): Vozes, 2002.

MAZÂNEK, Renato. *Ao Vivo e Sem Cores – O nascimento da Televisão no Paraná*. Curitiba: Guiatur Editora, 2004.

NEVES, Flora. *Telejornalismo e poder nas eleições presidenciais*. São Paulo: Summus, 2008.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de (Org.). *A construção do Paraná Moderno – Políticos e Política no Governo do Paraná de 1930 a 1980*. Curitiba: SETI, 2004.

\_\_\_\_\_. *O Silêncio dos Vencedores – Genealogia, Classe Dominante e Estado no Paraná*. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.

PAES, Maria Helena Simões. *A década de 60 – Rebeldia, contestação e repressão política*. 4. ed. São Paulo: Editora Ática, 1997.

SÁ JÚNIOR, Adherbal Fortes de. *Ney Braga – Tradição e Mudança na Vida Política*. Curitiba: Edição do Autor, 1996.

SOMMA NETO, João. *Ações e relações de poder: a construção da reportagem política no telejornalismo paranaense – um estudo comparativo*. Curitiba (PR): Editora da UFPR, 2007.

# XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH  
BRASIL